

**EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza**  
**Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa**

**Relatório**

**Grupo de Missão**  
**Referencial Estratégico - Rede Social de Lisboa**

*Junho 2013*

## Índice

1. Introdução .....	1
2. Referencial Estratégico .....	2
3. Principais Desafios .....	2
4. Principais Dimensões Estratégicas .....	5
5. Primeira Fase: sinalização de indicadores de referência .....	6
6. Segunda Fase: consolidação da bateria de indicadores e teste.....	9
(1) Substituição de Indicadores .....	9
(2) Contributo dos Grupos de Missão .....	11
(3) Sinalização de fontes de informação qualitativa .....	11
7. Teste da Bateria de Indicadores .....	11
8. Anexos .....	17

## Índice Quadros

Ilustração 1. Visão estratégica Lisboa .....	1
Ilustração 2. Indicadores - domínios de referência .....	5
Ilustração 3. Indicadores - domínios, âmbito geográfico e periodicidade .....	6
Ilustração 4. Indicadores - periodicidade por âmbito geográfico .....	7
Ilustração 5. Indicadores - fontes .....	8
Ilustração 6. Indicadores - âmbito geográfico supra concelhio .....	10
Ilustração 7. Acções previstas para próximas fases.....	12

## 1. Introdução

A Rede Social de Lisboa no sentido de melhor prosseguir a sua missão elaborou um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) que norteará a acção social no Concelho entre 2013 e 2015, tendo como finalidade a promoção da coesão social em Lisboa. Para a prossecução deste objectivo estratégico foram definidos cinco desafios orientadores da acção do PDS:

Ilustração 1. Visão estratégica Lisboa



Para o cumprimento desta missão e dos seus cinco desafios a Rede Social de Lisboa definiu 27 acções, identificadas na sua Agenda Estratégica. Para 17 destas actividades foram criados Grupos de Missão, cada um dos quais coordenado por uma entidade responsável pela constituição do Grupo e seu funcionamento.

É na sequência desta decisão que surge o convite dirigido ao Observatório para coordenar os trabalhos relativos ao Grupo de Missão responsável pela actividade formalmente denominada “*Elaboração do referencial estratégico para monitorização do desenvolvimento social de Lisboa de suporte à visão do Plano de Desenvolvimento Social (PDS)*”.

O presente Relatório visa dar conta de forma sucinta do trabalho desenvolvido até agora no sentido de promover a elaboração desse Referencial.

## 2. Referencial Estratégico

Se bem que integrada no *Desafio 5. Cidade das Redes de Inovação Social*, a concretização desta actividade exige, claramente, uma abordagem transversal, abrangendo dimensões relacionadas com todos os cinco Desafios atrás referidos. Mais ainda, deve estar fortemente focada na missão mais abrangente que se coloca à Rede Social, para a qual todos os desafios contribuem: a promoção da coesão social na cidade de Lisboa.

Deste Referencial espera-se, assim, a construção de uma bateria de indicadores que permita monitorizar as alterações de fundo, estruturais, que se verifiquem no que se refere à procura da coesão social, permitindo avaliar os progressos feitos nesse caminho.

Sendo assim, não se espera deste Grupo de Trabalho a definição de indicadores de execução para cada uma das actividades definidas, algo que estará a cargo das entidades responsáveis pela sua execução e avaliação, nem se espera que se limite aos objectivos expressamente definidos em cada um dos cinco Desafios actualmente definidos no Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa.

Espera-se, sim, a sinalização de indicadores estratégicos que permitam facilitar e melhorar a auto-avaliação e fomentar a redefinição de actividades e prioridades no decurso da vigência do Plano. Esta bateria de indicadores estratégicos permitirá, desta forma, avaliar os efeitos das acções desenvolvidas no conjunto da Rede Social e, em simultâneo, aferir a forma como a cidade enfrenta o desafio da inclusão social em consequência das acções de nível local mas também das políticas e medidas de âmbito nacional que se reflectem, inevitavelmente, na cidade.

## 3. Principais Desafios

Espera-se dos indicadores a serem seleccionados características-chave que garantam a sua qualidade, nomeadamente que sejam:

- **Abrangentes** de modo a incluírem informação relativa a domínios decisivos para a promoção da inclusão social, mas focados em dimensões específicas, sem se dispersarem em análises secundárias evitando uma bateria de indicadores demasiado pesada e difícil de operacionalizar;
- **Relevantes** para cada um dos domínios considerados, mas não se substituindo a indicadores de execução das actividades englobadas no Plano;
- **Resistentes** a alterações meramente conjunturais, mas sensíveis no que se refere à captação de mudanças estruturais;
- **Comparáveis** com outros territórios, mas ancorados na realidade da cidade de Lisboa;
- **Participados**, contando com aqueles que mais directamente se encontram envolvidos, pessoas e organizações, mas sem que se crie um sistema pesado que emperre o bom desenrolar dos trabalhos;
- **Ambiciosos** na sua pretensão, mas exequíveis no que diz respeito à sua recolha e sistematização regular, tanto no que se refere a questões operacionais como a recursos humanos e financeiros a afectar.

Para além destas características, os indicadores deverão ser **fiáveis** (apoiados em dados credíveis), **transparentes** e **comunicáveis** (claros na leitura e de fácil compreensão) e deverão constituir uma bateria marcada pela **facilidade na recolha, armazenamento e tratamento de informação**.

Os indicadores a serem utilizados devem ainda preencher três qualidades de base: (1) pertinência para a caracterização dos domínios considerados; (2) capacidade de caracterizar o Concelho de Lisboa face aos domínios em análise garantindo a sua comparabilidade no tempo e com outros territórios e (3) actualidade da informação utilizada. É a articulação entre estas três qualidades que constitui o primeiro desafio para a construção da bateria de indicadores pretendida.

**De facto, muitas das estatísticas produzidas anualmente em Portugal têm uma dimensão nacional ou regional com base em unidades estatísticas (NUT II) impedindo identificar situações atípicas ou específicas de cada território.** Alguns dos instrumentos utilizados pelo INE mais úteis para caracterizar alguns dos domínios acima referidos, permitindo a comparabilidade entre territórios, não disponibilizam dados a nível concelhio já que são inquéritos por amostragem representativa ao nível de NUT I ou NUT II, que alimentam o Eurostat, não permitindo deles retirar informação sobre o Concelho de Lisboa. Bom exemplo das dificuldades que neste domínio este Grupo de Missão irá encontrar é o facto de no conjunto de indicadores utilizado pela União Europeia para aferir o estado da coesão social (com origem nos indicadores de Laeken), nove deles (entre vinte e um) se referirem ao rendimento, enquanto o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), produzido anualmente pelo INE, apenas fornecer dados a nível regional (NUT II), o que impede a avaliação da situação do Concelho com base nestes indicadores.

Simultaneamente, alguns dos dados mais relevantes para a caracterização da população portuguesa, desagregáveis a unidades territoriais de pequena dimensão (freguesias) estão disponíveis em **prazos demasiado prolongados para a monitorização de planos de médio prazo** como são os dados disponibilizados pelos CENSOS, promovidos pelo INE a cada dez anos.

A solução, neste caso, e sempre que possível, passará por **substituir esses indicadores por outros que permitam fazer uma aproximação à informação pretendida** que sejam equivalentes no que respeita à informação que reportam, e que permitam a caracterização actualizada do concelho de Lisboa no que se refere a cada um dos domínios considerados. Por exemplo, a *taxa de desemprego*, apurada pelo INE através do Inquérito ao Emprego, apenas apura resultados para as NUT II. Neste caso, esse indicador poderá ser substituído por dados de recolha administrativa, como o número de desempregados (1º emprego, DLD, casais desempregados, etc.) assegurando a caracterização do Concelho e a sua comparabilidade com outros territórios.

Outro desafio que se coloca é o facto de os dados estatísticos oficiais, disponibilizados pelos produtores de estatística ou presentes nos registos administrativos de diversos serviços e entidades, **não captarem aspectos fundamentais da realidade tais como as percepções subjectivas dos diversos actores envolvidos**, fundamentais tanto para a caracterização da situação vivida como para o planeamento de acções futuras.

Neste caso, há que **complementar estes dados com outros, de carácter qualitativo, que permitam aferir a percepção subjectiva dos diferentes agentes** em relação aos diversos domínios considerados, em particular daqueles que vivem situações de exclusão social. Este objectivo é, na maioria das situações, alcançado através da aplicação de inquéritos por questionário ou entrevistas, com amostra representativa ou não, mais ou menos dispendiosos e exigentes do ponto de vista técnico e logístico.

Neste caso, a solução deverá passar pela **articulação com estudos e acções desenvolvidos noutros âmbitos por entidades envolvidas na Rede Social ou disponíveis para com ela colaborar**. A título de exemplo, o estudo *Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza*, poderá fornecer informação relevante sobre a percepção de vivência da situação de pobreza por parte de pessoas em situação

vulnerável, sua auto-imagem e avaliação das respostas existentes<sup>1</sup>. Outra solução poderá passar pela articulação com entidades que promovem inquéritos com alguma regularidade no sentido de neles incluir pedidos de informação relevante para os objectivos deste Grupo de Missão, sem descartar a possibilidade de vir a definir no futuro mecanismos de recolha directa de informação pertinente, desde que adequada aos recursos disponíveis.

Estes desafios exigem do Grupo de Missão a capacidade de criar uma bateria de indicadores eficaz e exequível. Para garantir a sua eficácia há que reunir indicadores centrais na análise da inclusão social no território de Lisboa. No entanto, para ser exequível não poderá contar com um “cenário ideal” de informação, mas sim com informação efectivamente acessível com os meios disponíveis. De facto, não se espera do Grupo de Missão a criação de uma bateria de indicadores “ideal” (por referência ao conceito de coesão social), mas inútil face à inexistência de informação que a alimente. Cabe, assim, ao Grupo de Missão estudar a melhor forma de dotar a Rede de um instrumento útil e de qualidade elevada, de acordo com um cenário plausível de informação disponível.

Por fim, estes indicadores poderão **não ser suficientemente sensíveis para captar alterações rápidas das condições de vida das pessoas e famílias**, sobretudo tendo em conta que vivemos momentos de rápidas transformações, por vezes de difícil previsibilidade no que se refere à sua extensão e intensidade. Por isso, a informação disponibilizada pelos indicadores a serem acompanhados **deverá ser enriquecida através da sua articulação com outros que permitam detectar rapidamente sinais sobre a evolução das condições de vida das pessoas e famílias, alertando para alterações que indiquem mudanças de conjuntura que possam vir a influenciar a evolução de indicadores estratégicos**. Por exemplo, um aumento progressivo e regular dos incumprimentos dos *créditos bancários à habitação* e das *rendas em atraso*, pode indicar num futuro mais ou menos próximo que o direito a uma habitação digna poderá estar em causa para as famílias nesta situação de incumprimento. Daí a articulação que deve existir entre esta bateria de indicadores e o Sistema de Indicadores de Alerta que se está a ser desenvolvido pelo OLCPL<sup>2</sup>.

Neste sentido, a primeira fase do trabalho do Grupo de Missão implicou, para além da sinalização dos domínios acima referidos, o levantamento de indicadores pertinentes para a caracterização de cada domínio considerado, avaliando em simultâneo a sua pertinência para a caracterização da situação na cidade, em que dimensão territorial se enquadram (país, região, município, freguesia) e a periodicidade em que estão disponíveis.

---

<sup>1</sup> CASTRO, Alexandra, 2012, “A Cidade Incerta, Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa”, Cadernos EAPN, nº 17, Porto

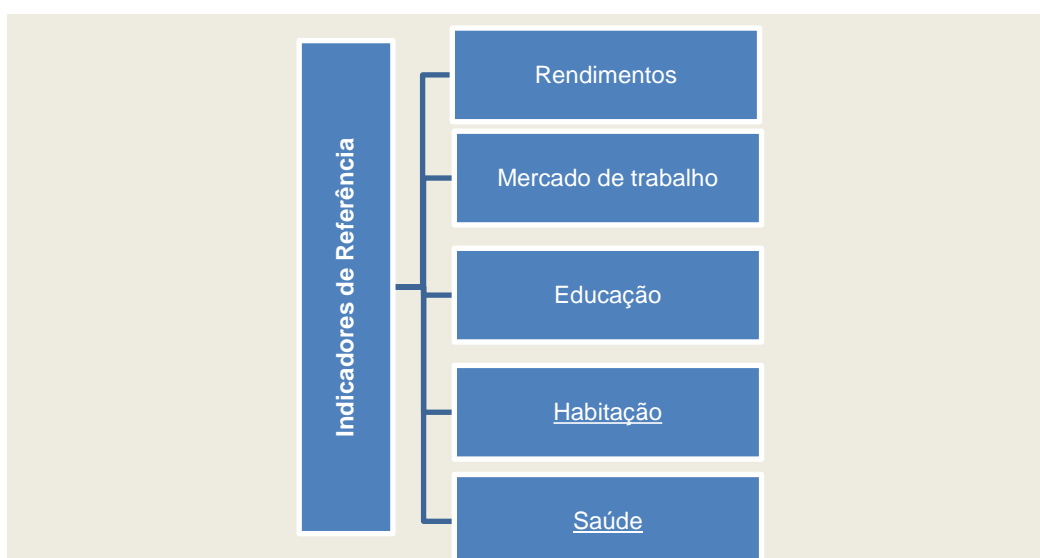
<sup>2</sup> O Sistema de Indicadores de Alerta reúne um conjunto de indicadores de conjuntura, que deverá permitir sinalizar alterações na vida quotidiana das famílias e nas suas estratégias a montante das situações mais graves, de emergência, quando já se encontram numa situação de ruptura, dependentes de apoios sociais vários. Deverá, portanto, ser sensível a alterações de hábitos de consumo e de estilos de vida, indicadores de alterações de estratégias das famílias face a problemas que se sentem ou se antevêm, bem como às dificuldades em assumir despesas básicas as quais antecedem, muitas das vezes, situações mais graves que acabam por conduzir ao recurso aos apoios sociais.

#### 4. Principais Dimensões Estratégicas

É hoje consensual a definição de dimensões consideradas fulcrais na avaliação dos processos de inclusão social e que constituem base essencial para a promoção de uma cidadania plena, e que se encontram contempladas nos indicadores no domínio da pobreza e exclusão social utilizados na União Europeia (indicadores de Laeken, por exemplo). Sucintamente:

- Acesso a um **rendimento** (que pode ter origem no trabalho, na propriedade ou no sistema de segurança social) que assegure a aquisição de bens e serviços considerados aceitáveis numa dada comunidade;
- Participação no **mercado de trabalho**, com os direitos consignados e não em sectores marginalizados e precários, assegurando não apenas uma fonte de rendimento mas também uma base de sustentação da auto-estima e do sentimento de utilidade;
- Acesso à **educação** e a um percurso educativo apropriado e à aprendizagem ao longo da vida, promovendo o acesso à sociedade do conhecimento e da informação;
- Acesso à **saúde**, na medida em que uma saúde deficiente – por vezes resultante de más condições de vida - pode ser um contributo determinante para a pobreza, na medida em que reduz a capacidade de integração no mercado de trabalho e implica custos de tratamentos e cuidados específicos, reduzindo a autonomia.
- Usufruto de uma **habitação** digna (o que implica acesso à habitação e capacidade de a manter), num território digno, propiciador de relações que enriqueçam o capital social<sup>3</sup>.

Ilustração 2. Indicadores - domínios de referência



<sup>3</sup> Os indicadores de Laeken não contemplam o domínio da habitação por reconhecimento por parte do Comité da Protecção Social, responsável pela sua elaboração, da dificuldade em encontrar indicadores comuns que possibilitem a comparabilidade entre os Estados-Membros. Mas houve acordo sobre a necessidade de os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão Social contemplarem informação quantitativa nesta matéria no que se refere a (1) condições de habitação dignas, (2) custos de habitação e (3) pessoas sem-abrigo e noutras condições de habitação precária.

Outros domínios poderão ser mais tarde considerados, de acordo com a sua pertinência face aos objectivos propostos e com a possibilidade efectiva de recolha de informação adequada<sup>4</sup>.

Sempre que a desagregação dos dados disponíveis o permita, é desejável realizar uma análise transversal que diga respeito à igualdade de género ou ao posicionamento de determinados grupos, como os sem-abrigo, os imigrantes, as pessoas portadoras de deficiências, as crianças ou os idosos. Apesar de dependente da desagregação dos dados, será também desejável uma análise das diferenciações territoriais e da sua evolução, tanto dentro do Concelho como deste com outras unidades territoriais.

## 5. Primeira Fase: sinalização de indicadores de referência

No sentido de recolher informação pertinente para cada um dos domínios considerados nesta primeira fase, foram seleccionados 74 indicadores (Anexo 1) distribuídos pelas cinco dimensões, classificados quanto ao âmbito geográfico e à sua periodicidade, sendo que 60% (44 indicadores) se referem ao Concelho de Lisboa (município e freguesias) e mais de 90% (67 indicadores) têm uma periodicidade anual ou mensal (sendo que os de periodicidade mensal deverão ser tratados com uma regularidade trimestral).

**Ilustração 3. Indicadores - domínios, âmbito geográfico e periodicidade**

Domínios	Nº de indicadores
A. Rendimento	27
B. Mercado de trabalho	12
C. Habitação	17
D. Saúde	3
E. Educação	15
<b>Âmbito geográfico</b>	
NUT I	21
NUT II	8
Distrito	1
Município	15
Freguesia	29
<b>Periodicidade</b>	
Decenal	5
Bienal	2
Anual	39
Trimestral	28

A maior parte (37) dos indicadores referentes às freguesias (24) ou ao município (13) possuem uma periodicidade anual (15) ou trimestral (22).

<sup>4</sup> Para além das dimensões aqui consideradas, outras são sugeridas, variando com os autores, com os territórios a que se referem ou com os períodos considerados como a segurança, a participação, o tempo disponível (tempo excedente para além do estritamente necessário à sobrevivência), o acesso de dependentes a equipamentos sociais, por exemplo.



Ilustração 4. Indicadores - periodicidade por âmbito geográfico

Periodicidade	Freguesia	Município	Total Concelho	Distrito	NUT I	NUT II	Total
Decenal	5		5				5
Bienal		2	2				2
Anual	7	8	15	1	21	2	39
Trimestral	17	5	23			6	29
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>15</b>	<b>45</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>74</b>

Este conjunto de indicadores é disponibilizado por um total de oito fontes, com as quais deverá ser estabelecida colaboração regular.

**Ilustração 5. Indicadores - fontes**

<b>Fontes</b>	<b>Nº de indicadores</b>
Câmara Municipal de Lisboa	12
Conselho Nacional de Educação	10
CPCJ	1
IEFP	5
Inst. Seg. Social, IP/ II, IP	10
INE	35
MTSS	1
<b>Total</b>	<b>74</b>

## 6. Segunda Fase: consolidação da bateria de indicadores e teste

A consolidação da bateria de indicadores proposta implica a realização de três passos, a serem desenvolvidos na próxima fase: (1) substituição de indicadores seleccionados que não cobrem o âmbito concelhio; (2) recolha dos contributos dos Grupos de Missão, nomeadamente, quanto a: sinalização de novos indicadores que atendam às especificidades dos projectos que acompanham e (3) sinalização de fontes de informação qualitativa capazes de enriquecer a informação recolhida com a percepção subjectiva dos agentes envolvidos.

### (1) Substituição de Indicadores

Será necessário, a partir desta fase, estudar alternativas a indicadores que não se encontram disponíveis a nível concelhio mas cuja importância se considere elevada, tanto para a caracterização do Concelho como para a comparabilidade com outros territórios, a nível nacional e internacional.

Esta dificuldade prende-se, sobretudo, como acima referido, com o facto de alguns deles serem recolhidos com base em amostras representativas de nível geográfico superior ao concelhio, como também por questões administrativas ligadas aos diversos serviços que utilizam divisões administrativas diferentes entre si, diferentes das unidades administrativas do território e das unidades estatísticas (NUT).

Em relação à informação produzida com base em estimativas (inquéritos por amostragem) não é possível esperar, pelo menos no curto prazo, alterações a esta situação. No entanto, não é de descurar a possibilidade de existirem dados de registo administrativo (no domínio da Educação, por exemplo) divulgados num determinado registo geográfico (NUT II) que estejam, efectivamente, disponíveis a nível concelhio passíveis de serem disponibilizados com base num protocolo específico para o efeito.

O conjunto de indicadores que por, este motivo, deverá ser revisto é o seguinte:

**Ilustração 6. Indicadores - âmbito geográfico supra concelhio**

Domínio	Indicador	Âmbito	Fonte
A. Rendimento	Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE)	NUT I	INE
A. Rendimento	Distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente (RAE) por decis e quintis (**)	NUT I	INE
A. Rendimento	Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE) por principal fonte de rendimento (trabalho, pensões, outros)	NUT I	INE
A. Rendimento	Distribuição dos rendimentos - Coeficiente de Gini (**)	NUT I	INE
A. Rendimento	Indicadores de desigualdade S80/S20 e S90/S10	NUT I	INE
A. Rendimento	Pessoas com rendimento abaixo do limiar da pobreza (**)	NUT I	INE
A. Rendimento	Taxa de risco de pobreza depois de transferências sociais (*)	NUT I	INE
A. Rendimento	Taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais (**)	NUT I	INE
A. Rendimento	Taxa de intensidade da pobreza	NUT I	INE
A. Rendimento	Taxa de privação material	NUT I	INE
A. Rendimento	Taxa de privação material severa (*)	NUT I	INE
A. Rendimento	Intensidade da privação material	NUT I	INE
A. Rendimento	Pessoas a viver em agregados familiares com baixa intensidade de trabalho (*)	NUT I	INE
A. Rendimento	Pessoas em situação de pobreza consistente	NUT I	INE
B. Mercado de trabalho	Agregados com muito baixa intensidade de trabalho (*) (**)	NUT I	INE
B. Mercado de trabalho	Taxa de emprego (*)	NUT II	INE
B. Mercado de trabalho	Taxa de actividade (15 e mais anos)	NUT II	INE
B. Mercado de trabalho	Taxa de desemprego	NUT II	INE
B. Mercado de trabalho	Taxa de desemprego de longa duração (**)	NUT II	INE
B. Mercado de trabalho	Taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos)	NUT II	INE
B. Mercado de trabalho	Taxa de inactividade (15 e mais anos)	NUT II	INE
C. Habitação	Taxa de sobrelotação da habitação	NUT I	INE
C. Habitação	Taxa de privação severa das condições de habitação	NUT I	INE
C. Habitação	Taxa de sobrecarga das despesas de habitação	NUT I	INE
C. Habitação	População em risco de pobreza com sobrecarga das despesas de habitação	NUT I	INE
E. Educação	Taxa de abandono escolar precoce sem entrada no mercado de trabalho ou formação (*) (**)	NUT I	INE
E. Educação	População com o Ensino Superior ou equiparado por faixa etária	NUT I	INE
E. Educação	Taxa de pré-escolarização	NUT II	CNE
E. Educação	Alunos inscritos em unidades orgânicas TEIP	NUT II	CNE

(\*) Indicadores Estratégia Europa 2020 / (\*\*) Indicadores de Laeken

## **(2) Contributo dos Grupos de Missão**

Os Grupos de Missão deverão sinalizar indicadores decorrentes dos seus objectivos e actividades que contribuam para alimentar os indicadores estratégicos. Da mesma forma, as entidades parceiras deverão sinalizar informação decorrente das suas actividades que se revele importante para a caracterização da situação em cada um dos domínios, mesmo que não decorram directamente de actividades constantes em Plano. Estes indicadores devem ser portadores das qualidades acima referidas: pertinência face aos domínios, reportarem-se ao concelho de Lisboa no seu conjunto ou a parte dele e serem passíveis de actualização atempada.

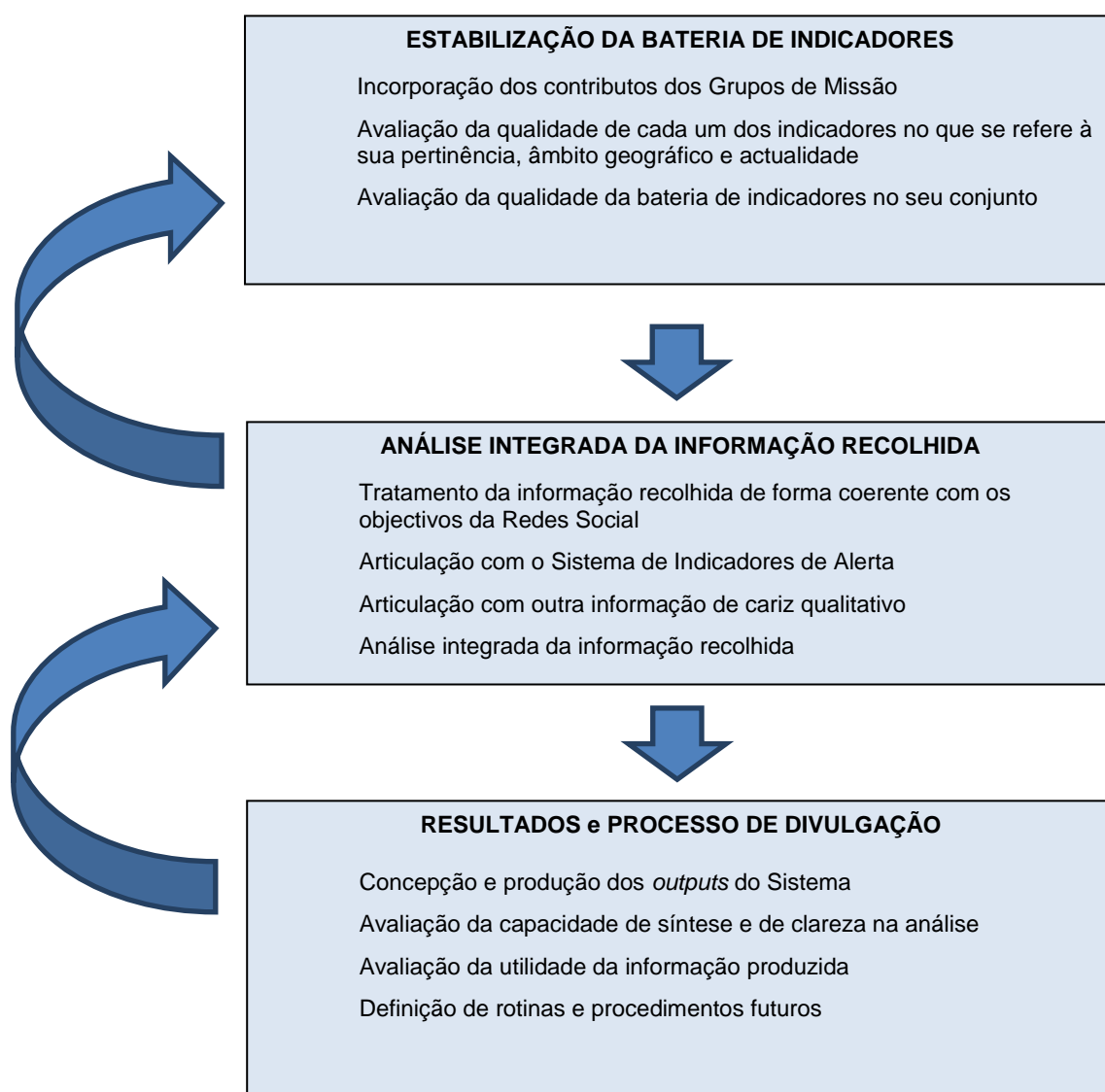
## **(3) Sinalização de fontes de informação qualitativa**

Simultaneamente, os Grupos de Missão deverão identificar a possibilidade de recolha de informação de carácter qualitativo, produto de instrumentos de avaliação / auscultação dirigidos a organizações, técnicos ou população, capazes de aferir a percepção dos diversos agentes sobre os domínios considerados.

## **7. Teste da Bateria de Indicadores**

A par deste trabalho de estabilização da bateria de indicadores, há que desenvolver a capacidade de interpretar os dados disponíveis de forma integrada, tendo em conta os domínios definidos e os objectivos da Rede Social, por forma a avaliar se os dados recolhidos, no seu conjunto, fornecem a informação pretendida.

### Ilustração 7. Acções previstas para próximas fases



# ANEXOS

Anexo 1: Indicadores de Referência Rede Social de Lisboa (selecção 1ª Fase)

Dimensão	Indicador	Nível geográfico	Fonte	Periodicidade
A. Rendimento	Beneficiários do RSI	Freguesia	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Prestação média dos beneficiários do RSI	Freguesia	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Prestação média das famílias beneficiárias do RSI	Freguesia	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Proporção de beneficiários do RSI no conjunto da população	Freguesia	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Beneficiários do Subsídio de Desemprego	Freguesia	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego	Freguesia	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Subsequente	Freguesia	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Beneficiários do CSI	Freguesia	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Titulares de abono de família por escalão	Município	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Pensionistas, por tipo de pensão social (velhice, invalidez, sobrevivência)	Freguesia	ISS/II	Trimestral
A. Rendimento	Poder de compra <i>per capita</i>	Município	INE	Bienal
A. Rendimento	Proporção de poder de compra	Município	INE	Bienal
A. Rendimento	Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE)	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente (RAE) por decis e quintis (**)	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE) por principal fonte de rendimento (trabalho, pensões, outros)	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Distribuição dos rendimentos - Coeficiente de Gini (**)	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Indicadores de desigualdade S80/S20 e S90/S10	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Pessoas com rendimento abaixo do limiar da pobreza (**)	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Taxa de risco de pobreza depois de transferências sociais (*)	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais (**)	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Taxa de intensidade da pobreza	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Taxa de privação material	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Taxa de privação material severa (*)	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Intensidade da privação material	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Pessoas a viver em agregados familiares com baixa intensidade de trabalho (*)	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Pessoas em situação de pobreza consistente	NUT I	INE	Anual
A. Rendimento	Ganho médio <i>per capita</i> dos trabalhadores por conta de outrem com contrato	Freguesia	MTSS	Anual
B. Mercado de trabalho	C. Habitação	Freguesia	IEFP	Trimestral
B. Mercado de trabalho	Casais desempregados	Freguesia	IEFP	Trimestral
B. Mercado de trabalho	Desempregados de longa duração	Freguesia	IEFP	Trimestral
B. Mercado de trabalho	Desempregados de muito longa duração	Freguesia	IEFP	Trimestral



Dimensão	Indicador	Nível geográfico	Fonte	Periodicidade
B. Mercado de trabalho	Desempregados sem acesso a subsídio de desemprego	Freguesia	IEFP	Trimestral
B. Mercado de trabalho	Agregados com muito baixa intensidade de trabalho (*) (**)	NUT I	INE	Anual
B. Mercado de trabalho	Taxa de emprego (*)	NUT II	INE	Trimestral
B. Mercado de trabalho	Taxa de actividade (15 e mais anos)	NUT II	INE	Trimestral
B. Mercado de trabalho	Taxa de desemprego	NUT II	INE	Trimestral
B. Mercado de trabalho	Taxa de desemprego de longa duração (**)	NUT II	INE	Trimestral
B. Mercado de trabalho	Taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos)	NUT II	INE	Trimestral
B. Mercado de trabalho	Taxa de inactividade (15 e mais anos)	NUT II	INE	Trimestral
C. Habitação	Pedidos de atribuição de habitação pública, por zona de residência	Freguesia	CML	Trimestral
C. Habitação	Pedidos de atribuição de habitação pública, por tipo de alojamento e regime de propriedade (pública ou privada)	Freguesia	CML	Anual
C. Habitação	Pessoas envolvidas nos pedidos de atribuição de habitação pública	Freguesia	CML	Trimestral
C. Habitação	Fogos para habitação pública	Freguesia	CML	Anual
C. Habitação	Pessoas residentes em habitação pública	Freguesia	CML	Anual
C. Habitação	Agregados familiares residentes em habitação pública	Freguesia	CML	Anual
C. Habitação	Edifícios recuperados no âmbito do "Reabilita primeiro, paga depois"	Freguesia	CML	Trimestral
C. Habitação	Fogos devolutos	Freguesia	CML	Anual
C. Habitação	Fogos com famílias abrangidas pelo programa "Rendas convencionadas"	Município	CML	Trimestral
C. Habitação	Candidatos a programa "rendas convencionadas" / total de fogos	Município	CML	Trimestral
C. Habitação	Pessoas sem-abrigo sinalizadas	Município	CML	Trimestral
C. Habitação	Alojamentos sobrelotados	Freguesia	INE	Decenal
C. Habitação	Alojamentos sublotados	Freguesia	INE	Decenal
C. Habitação	Taxa de sobrelotação da habitação	NUT I	INE	Anual
C. Habitação	Taxa de privação severa das condições de habitação	NUT I	INE	Anual
C. Habitação	Taxa de sobrecarga das despesas de habitação	NUT I	INE	Anual
C. Habitação	População em risco de pobreza com sobrecarga das despesas de habitação	NUT I	INE	Anual
D. Saúde	Acesso aos serviços de saúde	Distrito		
D. Saúde	Acesso aos tratamentos	Distrito		
D. Saúde	Taxa de mortalidade infantil	Município	INE	Anual
E. Educação	Alunos beneficiários dos escalões A e B da ASE	Município	CML	Anual
E. Educação	Capacidade instalada de creche	Distrito	CNE	Anual
E. Educação	Taxa de abandono escolar precoce (*)	Freguesia	CNE	Anual
E. Educação	Taxa de insucesso escolar	Município	CNE	Anual
E. Educação	Taxa de escolarização	Município	CNE	Anual
E. Educação	Taxa de escolarização (bruta e real)	Município	CNE	Anual
E. Educação	Taxa de pré-escolarização (bruta e real)	Município	CNE	Anual
E. Educação	Taxa de retenção	Município	CNE	Anual
E. Educação	Taxa de desistência	Município	CNE	Anual
E. Educação	Taxa de pré-escolarização	NUT II	CNE	Anual
E. Educação	Alunos inscritos em unidades orgânicas TEIP	NUT II	CNE	Anual

Dimensão	Indicador	Nível geográfico	Fonte	Periodicidade
E. Educação	Crianças acompanhadas pela CPCJ	Município	CPCJ	Trimestral
E. Educação	Taxa de analfabetismo	Freguesia	INE	Decenal
E. Educação	Taxa de abandono escolar precoce sem entrada no mercado de trabalho ou formação (*) (**)	NUT I	INE	Anual

(\*) Indicadores Estratégia Europa 2020

(\*\*) Indicadores de Laeken

## Anexo 2: Sistema de Indicadores de Alerta OLCPL

Nível	Indicador	Fonte
0. Rendimentos	Pessoas com salários penhorados	Câmara dos Solicitadores
0. Rendimentos	Trabalhadores com salários em atraso	ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho
0. Rendimentos	Empresas com salários em atraso	ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho
0. Rendimentos	Pessoas despedidas em processos de despedimento colectivo	DGERT - Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
0. Rendimentos	Empresas com processos de despedimentos colectivos	DGERT - Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
0. Rendimentos	Desempregados	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
0. Rendimentos	Desempregados de Longa Duração	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
0. Rendimentos	Desempregados à procura do 1º emprego	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
0. Rendimentos	Casais desempregados	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
0. Rendimentos	Pessoas abrangidas por medidas de Layoff	ISS, IP - Instituto de Informática, IP
0. Rendimentos	Despedidos por insolvência de empresas	IIC - Instituto Informador Comercial
0. Rendimentos	Empresas em processo de insolvência	IIC - Instituto Informador Comercial
1. Estilo de vida / Consumo	Evolução do consumo de produtos "marca própria"	APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição
1. Estilo de vida / Consumo	Evolução do género de produtos consumidos (carne, etc.)	APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição
1. Estilo de vida / Consumo	Consumo "Canal Horeca" (cafés, restaurantes, hotéis)	Kantar Worldpanel
1. Estilo de vida / Consumo	Consumo de produtos de grande consumo (Fast Moving Consumers Goods)	Kantar Worldpanel
1. Estilo de vida / Consumo	Consumo de Marcas da Distribuição (MDD) - "marca própria"	Kantar Worldpanel
1. Estilo de vida / Consumo	Consumo de Marcas dos Fabricantes (MDF) - produtos de "marca"	Kantar Worldpanel
1. Estilo de vida / Consumo	Lotação de colégios privados	AEEP - Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo
1. Estilo de vida / Consumo	Procura de horários pós-laborais em cursos superiores privados	FNESPC - Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo
1. Estilo de vida / Consumo	Procura de apoio por sobreendividamento - caracterização pessoa/família	DECO - GAS - Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado
1. Estilo de vida / Consumo	Alteração diminuição potência electricidade	EDP

Nível	Indicador	Fonte
1. Estilo de vida / Consumo	Consumo de gás nas casas particulares	GALP Energia
1. Estilo de vida / Consumo	Bilheteira cinemas - espectadores e receita bruta	ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual
1. Estilo de vida / Consumo	Bilheteira espectáculos ao vivo - espectadores e receitas	INE - Inquérito aos Espectáculos ao Vivo
1. Estilo de vida / Consumo	Desistência TV Cabo canais pagos (SPORT TV)	Telecom Meo
1. Estilo de vida / Consumo	Redução do pacote subscrito de TV Cabo	Telecom Meo
1. Estilo de vida / Consumo	Desistências / adesões de TV Cabo / Internet	Telecom Meo
1. Estilo de vida / Consumo	Desistência TV Cabo canais pagos (SPORT TV)	Zon Multimedia
1. Estilo de vida / Consumo	Redução do pacote subscrito de TV Cabo	Zon Multimedia
1. Estilo de vida / Consumo	Desistências / adesões de TV Cabo / Internet	Zon Multimedia
1. Estilo de vida / Consumo	Consumo de ansiolíticos e antidepressores	INFARMED
1. Estilo de vida / Consumo	Pedidos de licença de venda ambulante	CML - Câmara Municipal de Lisboa
1. Estilo de vida / Consumo	Automóveis abandonados em oficinas / na rua	ANECRA - Assoc. Nacional Empresas de Comércio e Rep. Automóvel
1. Estilo de vida / Consumo	Passes sociais concedidos (Passe Social +)	Carris - Transportes Públicos de Lisboa
1. Estilo de vida / Consumo	Multas por ausência de título de transporte válido	Carris - Transportes Públicos de Lisboa
1. Estilo de vida / Consumo	Consumo de combustíveis - galolína, gasóleo, gás	DGE - Direcção-Geral de Energia
1. Estilo de vida / Consumo	Passes sociais concedidos (Passe Social +)	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
1. Estilo de vida / Consumo	Multas por ausência de título de transporte válido	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
1. Estilo de vida / Consumo	Procura de apoio por sobreendividamento - motivos	DECO - GAS - Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado

Nível	Indicador	Fonte
1. Estilo de vida / Consumo	Pedidos de ajuda face a aumento de rendas	AIL - Associação dos Inquilinos Lisbonenses
1. Estilo de vida / Consumo	Isenção de taxas moderadoras concedidas por motivo	ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde
1. Estilo de vida / Consumo	Isenção de taxas moderadoras solicitadas	ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde
2. Despesas básicas	Certidões de dívidas emitidas por propinas em atraso	ACT - Autoridade Tributária e Aduaneira
2. Despesas básicas	Valor do crédito ao consumo e outros fins vencido	Banco de Portugal
2. Despesas básicas	Pessoas com crédito ao consumo e outros fins vencido	Banco de Portugal
2. Despesas básicas	Pessoas singulares com Dívidas à Segurança Social	ISS - Instituto de Segurança Social Centro Distrital
2. Despesas básicas	Certidões de dívidas emitidas por propinas em atraso	ACT - Autoridade Tributária e Aduaneira
2. Despesas básicas	Propinas em atraso no Ensino Superior Privado	AEEP - Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo
2. Despesas básicas	Propinas em atraso nos colégios privados	AEEP - Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo
2. Despesas básicas	Propinas em atraso no Ensino Superior Público	Universidade Técnica de Lisboa
2. Despesas básicas	Casos de propinas em atraso em cobrança coerciva	Universidade Técnica de Lisboa
2. Despesas básicas	Dívidas de condomínio em contencioso	ANP - Associação Nacional de Proprietários
2. Despesas básicas	Valor do crédito à Habitação vencido	Banco de Portugal
2. Despesas básicas	Pessoas com crédito à Habitação vencido	Banco de Portugal
2. Despesas básicas	Recurso ao Fundo de Emergência Social	Caritas Diocesana de Lisboa
2. Despesas básicas	Avisos de corte de electricidade	EDP
2. Despesas básicas	Cortes electricidade	EDP
2. Despesas básicas	Avisos de corte de água	EPAL
2. Despesas básicas	Rescisão de contratos água em função de não pagamento	EPAL
2. Despesas básicas	Cortes água	EPAL
2. Despesas básicas	Pedidos de pagamentos faseados	EPAL
2. Despesas básicas	Acordos de pagamento estabelecidos	EPAL
2. Despesas básicas	Cientes que recorrem a protocolo entre EPAL e JF	EPAL
2. Despesas básicas	Cientes "sensíveis" notificados para corte de água	EPAL
2. Despesas básicas	Cientes "muito sensíveis" notificados para corte de água	EPAL
2. Despesas básicas	Avisos de corte de Gás	GALP Energia
2. Despesas básicas	Contencioso dívida Gás	GALP Energia
2. Despesas básicas	Cortes de Gás	GALP Energia
2. Despesas básicas	Rendas em atraso	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
2. Despesas básicas	Rendas em atraso habitação social	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP

Nível	Indicador	Fonte
2. Despesas básicas	Dívidas no pagamento de taxas moderadoras	ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde
3. Apoio Social	Pedidos no Banco Alimentar	Banco Alimentar contra a Fome
3. Apoio Social	Pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar	Banco Alimentar contra a Fome
3. Apoio Social	Famílias apoiadas pelo Banco Alimentar	Banco Alimentar contra a Fome
3. Apoio Social	Refeições servidas a população carenciada - refeitórios	CML - Câmara Municipal de Lisboa
3. Apoio Social	Utentes ajuda alimentar	SCML
3. Apoio Social	Beneficiários do Subsídio de Desemprego	ISS, IP/ II, IP
3. Apoio Social	Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego	ISS, IP/ II, IP
3. Apoio Social	Beneficiários do RSI	ISS, IP/ II, IP
3. Apoio Social	Famílias beneficiárias do RSI	ISS, IP/ II, IP
3. Apoio Social	Beneficiários regressados ao RSI	ISS, IP/ II, IP
3. Apoio Social	Recurso ao Fundo Prioridades às Crianças	Caritas Diocesana de Lisboa
3. Apoio Social	Bolsas de estudo concedidas (Secundário e 12º ano)	ISS - Instituto de Segurança Social Centro Distrital
3. Apoio Social	Concessão de apoio Ação Social Escolar - Escalão A	Ministério da Educação
3. Apoio Social	Concessão de Apoio Ação Social Escolar - Escalão B	Ministério da Educação
3. Apoio Social	Nº de famílias apoiadas pelo Fundo Outras / Diversas Social - Agregados Familiares	CML - Câmara Municipal de Lisboa
3. Apoio Social	Pedidos de habitação pública	CML - Câmara Municipal de Lisboa
3. Apoio Social	Pedidos de acesso ao Fundo de Emergência Social	CML - Câmara Municipal de Lisboa
3. Apoio Social	Agregados familiares com recurso ao Fundo de Emergência Social	CML - Câmara Municipal de Lisboa
3. Apoio Social	Motivos dos pedidos de apoio ao Fundo de Emergência Social	CML - Câmara Municipal de Lisboa
3. Apoio Social	Diárias asseguradas em pensões	SCML
3. Apoio Social	Pessoas isoladas alojadas em pensões	SCML
3. Apoio Social	Agregados alojados em pensões	SCML
3. Apoio Social	Pessoas que recorrem ao Atendimento social	Caritas Diocesana de Lisboa
3. Apoio Social	Idosos referenciados no programa SÓS	CML - Câmara Municipal de Lisboa
3. Apoio Social	Pessoas sinalizadas vítimas de violência	CML - Câmara Municipal de Lisboa
3. Apoio Social	Beneficiários com processo cessado RSI	ISS, IP/ II, IP
3. Apoio Social	Nº de processos abertos (Atendimento Social)	SCML
3. Apoio Social	Processos reabertos - s/ movimento há + 3 anos - (Atendimento Social)	SCML
3. Apoio Social	Processos encerrados por motivo de (Atendimento Social)	SCML
3. Apoio Social	Atendimentos (Atendimento de Emergência)	SCML
3. Apoio Social	Processos abertos (Atendimento de Emergência)	SCML

---

Nível	Indicador	Fonte
3. Apoio Social	Utentes nacionais e estrangeiros (Atendimento de Emergência)	SCML
3. Apoio Social	Pessoas sinalizadas vítimas de violência	SCML
3. Apoio Social	Recém-nascidos abandonados nas maternidades	Ministério da Saúde
3. Apoio Social	Beneficiários do cartão de saúde SCML	SCML